Ataques cibernéticos: como reduzir os danos e entender o papel do seguro

Controles de segurança, plano de resposta e seguro cibernético ajudam a limitar os impactos



- Uma senha roubada, uma mensagem falsa ou uma falha em um sistema conectado à internet podem abrir caminho para um ataque cibernético. Para a empresa, as consequências podem ir além da área de tecnologia: sistemas ficam indisponíveis, operações são interrompidas, informações podem ser copiadas ou alteradas e clientes e fornecedores podem ser afetados.
- A resposta combina prevenção e preparo para a recuperação. O seguro cibernético pode fazer parte da gestão financeira desse risco, mas não substitui medidas de segurança nem garante cobertura automática para qualquer prejuízo.

Ataques diferentes podem causar danos distintos

Phishing, roubo de credenciais, invasões de rede, malware e ransomware são exemplos de ameaças com consequências diferentes. No ransomware, dados ou sistemas podem ser sequestrados e a operação, interrompida. Em outros casos, o invasor pode obter acesso não autorizado, furtar informações ou comprometer um site ou serviço.

O **CERT.br**, centro de resposta a incidentes de segurança na internet, organiza notificações recebidas em categorias como fraude, invasão, negação de serviço e ataques a servidores web. Os registros são voluntários: mostram ocorrências reportadas ao centro e não representam um levantamento completo de todos os ataques no país, conforme esclarece a página de**estatísticas de incidentes notificados**.

Também é importante distinguir uma vulnerabilidade de um incidente confirmado. Uma falha descoberta em um sistema, por si só, não significa que houve invasão. O incidente ocorre quando há comprometimento, como acesso não autorizado ou indisponibilidade de dados. A**Autoridade**

Nacional de Proteção de Dados (ANPD) inclui ataques de ransomware e acessos indevidos entre os exemplos de incidentes de segurança com dados pessoais.

Medidas que ajudam a reduzir a exposição

A prevenção combina recursos técnicos e procedimentos internos. O CERT.br recomenda habilitar autenticação multifator, manter sistemas atualizados, treinar funcionários para reconhecer tentativas de fraude, limitar os acessos de cada conta e segmentar redes e sistemas críticos. Essas medidas não eliminam todo o risco, mas podem dificultar a entrada de invasores e limitar a propagação de um ataque. As orientações estão detalhadas no guia **Ransomware: Como se Proteger**.

Backups também precisam ser protegidos contra acesso ou alteração indevida e testados regularmente. Uma cópia de segurança que não pode ser restaurada pode não ajudar na retomada da operação. O CERT.br recomenda manter cópias offline, controlar o acesso a elas e verificar se os dados estão íntegros e se a restauração funciona.

Além dos controles, um plano de resposta deve definir quem toma decisões, como acionar equipes técnicas e jurídicas, quais operações precisam ser priorizadas e como a empresa se comunica com clientes, fornecedores e autoridades. Esse planejamento ajuda a reduzir a improvisação nos primeiros momentos do incidente.

O que fazer quando um ataque é identificado

A resposta depende do tipo de ocorrência, mas conter o problema e preservar informações pode ser decisivo. Em um ataque de ransomware, o CERT.br recomenda isolar sistemas comprometidos, proteger dados e serviços críticos e avaliar quais evidências precisam ser preservadas para a investigação. O guia **Ransomware: Como Responder** também alerta que pagar um resgate não garante a recuperação dos dados nem impede novas tentativas de extorsão.

A empresa deve acionar os responsáveis por segurança, tecnologia, privacidade e continuidade dos negócios. Se houver seguro cibernético, deve comunicar a seguradora conforme os prazos e procedimentos previstos na apólice. Antes de contratar serviços ou assumir compromissos em nome da seguradora, é importante verificar as condições do contrato e os canais de atendimento previstos.

Quando comunicar um incidente à ANPD

Nem todo ataque precisa ser comunicado à ANPD. A obrigação se aplica quando há um incidente confirmado envolvendo dados pessoais sujeitos à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e que possa causar risco ou dano relevante às pessoas afetadas. A avaliação considera, entre outros fatores, o tipo e a quantidade de dados envolvidos e os possíveis impactos aos titulares.

Nesses casos, cabe ao controlador dos dados comunicar o incidente à ANPD e às pessoas afetadas no prazo de três dias úteis, ressalvadas regras específicas. Se o operador identificar o incidente, deve informar o controlador sem demora injustificada. Quando faltarem informações, a comunicação pode ser feita inicialmente de forma preliminar, desde que a situação seja justificada e complementada no prazo previsto. Os procedimentos e critérios estão na página da**ANPD sobre comunicação de incidentes de segurança**.

O que o seguro cibernético pode cobrir

A Susep classifica a responsabilidade civil relacionada a incidentes cibernéticos no ramo de **Responsabilidade Civil Compreensivo Riscos Cibernéticos**. A classificação abrange riscos ligados a danos a equipamentos e sistemas de tecnologia da informação, às informações ou à segurança. Nos seguros de responsabilidade civil, a cobertura pode se referir a valores que o segurado tenha de pagar a terceiros, conforme as condições contratuais. A seguradora também

pode oferecer coberturas adicionais, como custos de defesa. As informações estão na página da **Susep sobre seguros de responsabilidade**.

Isso não significa que todo seguro cibernético cubra todos os efeitos de um ataque. Prejuízos próprios da empresa, interrupção de negócios, recuperação de dados e despesas de resposta dependem das coberturas contratadas, dos limites, das franquias, das exclusões e dos procedimentos previstos no produto. Alguns contratos estabelecem regras específicas para aviso de sinistro, período de retroatividade e apresentação de reclamações.

Ao contratar ou renovar, a empresa deve descrever corretamente suas atividades, os dados que guarda e os controles de segurança existentes. A Susep recomenda consultar as condições contratuais e verificar os valores e as coberturas efetivamente contratados. A orientação está na página **Como escolher um seguro**.

Ponto para verificar	O que conferir na apólice
Tipo de prejuízo	Se a cobertura trata de danos próprios, responsabilidade perante terceiros ou ambos
Interrupção da atividade	Quais condições acionam a cobertura, seus limites e o período de indenização
Resposta ao incidente	Se há serviços ou despesas cobertos e se é necessário usar prestadores indicados
Aviso à seguradora	Prazo, canal de comunicação e documentos exigidos
Limites e exclusões	Sublimites, franquias e situações que não estão cobertas

Segurança digital também é continuidade do negócio

A segurança cibernética não depende de uma única ferramenta nem termina com a contratação de um seguro. Autenticação multifator, sistemas atualizados, backups testados, controle de acessos e um plano de resposta ajudam a reduzir a exposição e limitar danos. O seguro pode integrar a gestão financeira do risco, mas sua contribuição depende do contrato e da adequação das coberturas às operações da empresa.

Perguntas frequentes

Todo ataque cibernético deve ser comunicado à ANPD?

Não. A comunicação é exigida quando há incidente confirmado envolvendo dados pessoais sujeitos à LGPD que possa causar risco ou dano relevante aos titulares. A avaliação cabe ao controlador dos dados.

Seguro cibernético cobre qualquer prejuízo causado por um ataque?

Não necessariamente. A cobertura varia conforme o produto e a apólice. É preciso verificar se contempla prejuízos próprios, danos a terceiros, interrupção de negócios, despesas de resposta ou outros itens, além de limites, exclusões e prazos.

Quais medidas ajudam a reduzir o risco?

O CERT.br recomenda autenticação multifator, atualização de sistemas, treinamento de funcionários, controle de acessos, segmentação de redes e backups protegidos e testados.

Seguro Rural é essencial para proteção da produção de alimentos diante dos riscos climáticos

Apoio público previsível, prevenção e rapidez no pagamento de indenizações estiveram no centro de debate sobre segurança alimentar



A proteção da produção de alimentos diante dos riscos climáticos exige mais do que indenizar perdas: depende de apoio público previsível, dados confiáveis e instrumentos capazes de permitir a retomada da atividade. Essas foram algumas das principais mensagens do painel sobre o papel do "Seguro na Segurança Alimentar, na Economia Azul e nas Soluções Baseadas na Natureza", que reuniu representantes do setor segurador e especialistas em sustentabilidade, na Casa do Seguro, em Antalya, na Turquia, durante a COP31.

O debate abordou a proteção da cadeia de alimentos do campo à mesa, incluindo os riscos que atingem lavouras, infraestrutura logística e comunidades costeiras. Apesar das diferenças entre os mercados, as apresentações convergiram para uma preocupação: evitar que um evento climático interrompa não apenas a produção de uma safra, mas também a capacidade de agricultores, empresas e famílias de manter suas atividades nos ciclos seguintes.

Brasil: previsibilidade da subvenção é um dos desafios

Ao apresentar o cenário brasileiro, Gustavo Brum, chefe de gabinete da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), destacou o contraste entre a relevância do agronegócio para o país e o alcance ainda limitado da proteção securitária. “Somos uma das maiores economias do agronegócio no mundo e temos um papel muito importante na alimentação da população mundial. Mas, em termos de seguros, ainda temos um longo caminho pela frente”, afirmou.

Brum chamou a atenção para o aumento dos riscos climáticos que afetam a produção agrícola e para a redução dos recursos públicos destinados à subvenção do prêmio do Seguro Rural. Diante desses desafios, manifestou a expectativa de que mudanças legais tragam maior previsibilidade aos produtores e ao setor segurador. Segundo ele, o novo marco legal tornou obrigatórios os desembolsos previstos para o programa de subvenção.

O executivo também destacou o fortalecimento da conexão entre seguro e crédito como uma perspectiva positiva para o setor. “Agora, as apólices de seguro também podem ser oferecidas como garantia em operações de crédito. Há grandes expectativas em relação a isso”, declarou.

Além dos avanços legais e financeiros, o representante da CNseg defendeu o fortalecimento da cultura do seguro. Para ele, é necessário ampliar a compreensão sobre o papel dessa proteção no planejamento e na gestão de riscos, tanto pelas famílias quanto pelos diferentes setores da economia.

Experiência turca destaca continuidade do apoio público

Na apresentação do modelo turco, Bekir Engürülü, CEO do TARSİM, ressaltou que o desenvolvimento do seguro agrícola depende de uma orientação pública consistente. Segundo ele, o incentivo das autoridades à contratação e à expansão da cobertura foi um dos fatores que permitiram ampliar a participação do seguro no país.

O executivo descreveu o TARSİM como uma estrutura de cooperação entre Estado, setor privado e sociedade civil, criada para compensar perdas e preservar a continuidade da produção agrícola. Embora conte com subvenção pública ao prêmio, o sistema opera, segundo ele, com critérios técnicos de seguro, equilíbrio atuarial e transferência de riscos por meio do resseguro.

Como exemplo dessa capacidade de resposta, citou as geadas que atingiram a produção em 2025. “Mesmo com um prazo de espera de 45 dias, fizemos os pagamentos antes desse período para mostrar que estávamos ao lado do agricultor em um momento difícil. Costumo dizer que o ano passado foi um teste para o TARSİM”, afirmou.

Segundo Bekir, o sistema pagou 35 bilhões de liras em indenizações por geadas, secas, granizo e outros eventos, dos quais 23 bilhões de liras corresponderam às geadas. Os pagamentos, destacou, foram realizados sem necessidade de apoio estatal adicional, com respaldo dos contratos de resseguro.

Para o executivo, a experiência evidencia que a função do seguro vai além da reparação de um dano. Mesmo quando perde a produção, o agricultor precisa arcar com despesas fixas, sustentar a família e reunir condições para iniciar a safra seguinte. A proteção securitária contribui, assim, para que uma perda não comprometa a continuidade da atividade.

Seguro paramétrico oferece rapidez, mas exige gatilhos adequados

A experiência da Tower em Fiji trouxe ao debate a necessidade de organizar a resposta financeira antes dos desastres. Paul Johnston, representante da seguradora, lembrou que eventos severos podem interromper simultaneamente o transporte, o comércio, a pesca e a agricultura, eliminando a renda justamente quando as famílias mais precisam de recursos para se recuperar.

No produto paramétrico apresentado, o pagamento é acionado quando um indicador previamente definido, relacionado à chuva, atinge o limite contratado. O segurado não precisa aguardar uma vistoria nem apresentar um aviso de sinistro para receber os recursos. A utilização de carteiras digitais foi destacada como uma solução para fazer o dinheiro chegar às comunidades com rapidez.

A experiência, segundo o representante da Tower, evidenciou três condições para o funcionamento do produto: contratar a proteção antecipadamente, explicar com clareza o compromisso assumido e estruturar um mecanismo eficiente de pagamento.

A rapidez, entretanto, não elimina os desafios de desenho da cobertura. Os participantes discutiram situações em que há danos, mas o evento não atinge o gatilho previsto no contrato. Por isso, a definição dos parâmetros e a compreensão das condições pelo cliente foram apontadas como essenciais para preservar a confiança no seguro.

Do campo aos portos, o desafio é identificar riscos e coordenar respostas

Ter dados disponíveis não basta para proteger a produção de alimentos. É preciso transformar essas informações em decisões sobre onde investir e como reduzir a exposição aos riscos

climáticos. Essa foi a preocupação apresentada pelo especialista canadense David McInnes, da DMci Strategies, ao discutir as exigências de sustentabilidade nas cadeias agroalimentares.

Segundo ele, os padrões adotados pelo mercado influenciam desde o acesso dos produtores a compradores internacionais até a oferta de financiamento e seguros. Mas a multiplicidade de certificações e exigências também pode elevar custos e criar barreiras, especialmente para pequenos agricultores.

A saída, em sua avaliação, não é exigir que todos produzam da mesma maneira, mas permitir que informações de diferentes sistemas sejam compartilhadas e comparadas, respeitando as particularidades de cada região. Diferenças de solo, água, biodiversidade e métodos de cultivo precisam entrar nessa conta para que os dados ajudem a avaliar riscos e direcionar recursos, e não apenas a preencher relatórios.

Esse olhar sobre a cadeia também exige acompanhar o caminho dos alimentos depois que deixam a propriedade. Graeme Riddell, líder de consultoria em clima e sustentabilidade da Marsh para a Ásia e o Pacífico, chamou a atenção para a dependência de estradas, portos, instalações refrigeradas e serviços essenciais que estão fora do controle de uma única empresa.

Uma estrada sujeita a enchentes, por exemplo, pode comprometer o escoamento da produção, mas sua manutenção não cabe necessariamente às empresas que dependem dela. Por isso, identificar os pontos de vulnerabilidade é apenas o primeiro passo: a adaptação exige reunir governos locais, operadores de infraestrutura e agentes privados para definir prioridades e viabilizar investimentos.

Para Riddell, muitas vezes a solução de engenharia é conhecida. A dificuldade está em chegar a um acordo sobre o que fazer, quem será responsável e como financiar a intervenção. A conexão com o argumento de McInnes está justamente nesse ponto: informações mais úteis precisam se traduzir em ações coordenadas para evitar que uma interrupção em parte da cadeia comprometa a renda dos produtores e o abastecimento de alimentos.

COP31: o setor segurador na imprensa

Descubra como os seguros ganharam espaço na agenda climática internacional

- A participação do setor segurador na COP31, realizada em Antália, na Turquia, continua sendo tema de reportagens publicadas pela imprensa brasileira.
- Entre os assuntos que ganharam destaque nos três primeiros dias, estão os prejuízos provocados por eventos climáticos extremos, os desafios para ampliar a cobertura de seguros, o financiamento da adaptação climática e a proteção de cidades, empresas e produtores rurais.
- Os dados apresentados pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), as iniciativas de proteção da infraestrutura urbana e as discussões sobre seguro rural e investimentos sustentáveis estiveram entre os temas abordados. As reportagens também destacaram a participação de representantes da Confederação em debates sobre redução de riscos, prevenção de catástrofes e mobilização de recursos para projetos de adaptação.
- O Notícias do Seguro reuniu uma seleção das matérias publicadas no período, organizadas por data, da mais recente para a mais antiga, com resumos e links para os veículos de origem. Quando diferentes publicações abordaram o mesmo assunto, foram incluídas coberturas complementares.

Esta seleção reúne reportagens de veículos externos identificadas na cobertura da COP31. Os links direcionam para os conteúdos originais, que podem exigir cadastro ou assinatura.

11 de novembro: riscos climáticos, financiamento e proteção das cidades

Riscos climáticos e acesso aos seguros

Falta de seguros contra riscos climáticos ameaça crédito e investimentos, diz chefe da área na ONU

Folha de S.Paulo

A dificuldade crescente de contratar seguros em regiões expostas a eventos climáticos extremos pode comprometer a concessão de crédito, afastar investimentos e pressionar as contas públicas. O alerta foi feito por Butch Bacani, responsável pela área de seguros do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), durante a COP31.

A reportagem destaca que a disponibilidade de proteção securitária está se tornando um fator importante nas decisões de financiamento. Sem seguros, famílias, empresas e governos podem enfrentar dificuldades adicionais para recuperar perdas e desenvolver novos projetos. Bacani defende maior integração entre seguradoras, instituições financeiras e formuladores de políticas públicas para ampliar a prevenção.

Leia a reportagem na Folha de S.Paulo

Cidades resilientes e prevenção de desastres

Insurance Europe defende incentivos para transformar informação sobre riscos em prevenção

Sonho Seguro

A utilização de dados climáticos para orientar investimentos em prevenção e proteção financeira foi um dos principais temas de painel realizado na Casa do Seguro durante a COP31. O encontro reuniu representantes da Insurance Europe, Marsh, CNseg e instituições turcas ligadas à gestão de riscos e aos seguros contra catástrofes.

A reportagem destaca a avaliação de Nicolas Jeanmart, da Insurance Europe, sobre a necessidade de transformar informações disponíveis sobre riscos em decisões concretas de planejamento urbano e infraestrutura. Dyogo Oliveira, presidente da CNseg, apresentou a experiência brasileira e defendeu modelos coletivos de proteção capazes de alcançar municípios e populações vulneráveis que não possuem seguros individuais.

Leia a reportagem no Sonho Seguro

Financiamento climático e infraestrutura sustentável

CNI condiciona descarbonização industrial a capacitação, integridade de dados e seguros na COP31

Brasil Inovador

A transição para uma economia de baixo carbono exige a integração entre capacitação profissional, informações confiáveis sobre emissões e instrumentos financeiros capazes de reduzir riscos. A reportagem apresenta debates organizados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) durante a COP31, com participação de representantes de empresas, instituições financeiras e do setor segurador.

Entre os assuntos abordados está a contribuição dos seguros para a estruturação de projetos sustentáveis. A reportagem menciona a participação de Monique Cardoso, da CNseg, nas discussões sobre garantias, compartilhamento de riscos e mecanismos para ampliar a viabilidade financeira de investimentos em descarbonização.

Leia a reportagem no Brasil Inovador

Financiamento de atividades econômicas sustentáveis

COP31: BB capta 100 milhões de euros com 'BNDES da Alemanha' para projetos sustentáveis

Estadão Conteúdo / UOL

O Banco do Brasil e o banco alemão de desenvolvimento KfW anunciaram uma operação de 100 milhões de euros destinada ao refinanciamento de cadeias produtivas sustentáveis da bioeconomia brasileira. A iniciativa foi apresentada durante a COP31 e busca ampliar a disponibilidade de crédito para pequenos produtores, agricultores familiares, comunidades tradicionais, cooperativas e empresas.

Entre as atividades contempladas estão sistemas agroflorestais, produção de alimentos, pesca sustentável e cadeias produtivas associadas à conservação ambiental. Embora não trate diretamente da atuação das seguradoras, a reportagem complementa os debates da conferência sobre financiamento e viabilidade econômica de projetos de adaptação e sustentabilidade.

Leia a reportagem do Estadão Conteúdo no UOL

10 de novembro: financiamento climático, agronegócio e cidades resilientes

Financiamento climático e investimentos sustentáveis

COP31: Seguradoras podem ajudar a atrair investimentos para projetos sustentáveis no Brasil

Sonho Seguro

A participação das seguradoras desde a estruturação de projetos de adaptação climática pode contribuir para reduzir riscos e atrair investimentos privados. Em entrevista após um painel da COP31, Dyogo Oliveira, presidente da CNseg, destacou a importância de envolver o setor segurador desde as etapas iniciais dos projetos, permitindo uma avaliação mais adequada dos riscos e das condições necessárias ao financiamento.

A reportagem também aborda obstáculos como insegurança jurídica, riscos regulatórios e falta de padronização, que dificultam a transformação de projetos sustentáveis em oportunidades de investimento.

Leia a reportagem no Sonho Seguro

Seguro rural e financiamento do agronegócio

Financiamento da adaptação climática no agronegócio exige integração entre crédito, seguro e mercado de capitais

Sonho Seguro

A ampliação do seguro rural, a previsibilidade dos recursos públicos e a mobilização de capital privado estiveram entre os assuntos discutidos em painel da COP31 que reuniu representantes da CNseg, Febraban, Anbima, Banco do Brasil e Sistema OCB.

A reportagem destaca a avaliação de Claudia Prates sobre a importância de garantir continuidade aos recursos destinados à subvenção ao seguro rural e ampliar a proteção dos produtores diante das perdas climáticas. O encontro também discutiu o papel da assistência técnica, das cooperativas e do mercado de capitais na adaptação do agronegócio.

Leia a reportagem no Sonho Seguro

Outra cobertura: Universo Coop — Sistema OCB defende financiamento para adaptação climática no agronegócio

Proteção das cidades e infraestrutura resiliente

COP31: adaptação das cidades exige novas fontes de financiamento e continuidade das políticas públicas

Sonho Seguro

A incorporação dos riscos climáticos ao planejamento urbano e aos contratos de infraestrutura foi um dos principais temas de painel moderado por Dyogo Oliveira durante a COP31. O debate reuniu representantes do governo do Rio Grande do Sul, do Instituto Cidades Sustentáveis, do ICLEI América do Sul e da Marsh.

A reportagem aborda a necessidade de ampliar os investimentos em prevenção, desenvolver instrumentos de proteção financeira e assegurar a continuidade das políticas de adaptação, independentemente das mudanças de governo. Também apresenta experiências internacionais e iniciativas para proteger a infraestrutura de municípios brasileiros.

Leia a reportagem no Sonho Seguro

Proteção financeira contra catástrofes

Rio Grande do Sul estuda letras de risco de seguro para financiar resposta a novas catástrofes

Sonho Seguro

O governo do Rio Grande do Sul estuda a utilização de letras de risco de seguro e outros instrumentos financeiros para disponibilizar recursos em situações de catástrofe climática. A proposta foi apresentada pelo secretário da Reconstrução Gaúcha, Pedro Capeluppi, em entrevista durante a COP31.

Segundo a reportagem, o modelo está em discussão com apoio da CNseg e de representantes do mercado segurador. A iniciativa busca reduzir a dependência de recursos emergenciais do orçamento público e acelerar a recuperação de famílias, empresas e serviços atingidos por eventos extremos. A estrutura da operação ainda não foi definida.

Leia a reportagem no Sonho Seguro

Descarbonização e transição econômica

COP31: agro, transportes, mineração e energia elétrica firmam agenda de descarbonização

Estadão Conteúdo / UOL

Representantes do agronegócio, dos transportes, da mineração e do setor elétrico apresentaram uma agenda conjunta para acelerar a descarbonização da economia brasileira. Coordenada pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), a iniciativa reúne 33 frentes de redução de emissões, 190 indicadores e 100 ações voltadas à implementação de medidas climáticas.

A reportagem aborda a articulação entre diferentes atividades econômicas e os investimentos

necessários para transformar compromissos ambientais em medidas concretas. Embora não tenha como foco a atuação das seguradoras, o conteúdo complementa o contexto das discussões sobre riscos e financiamento da transição climática.

Leia a reportagem do Estadão Conteúdo no UOL

9 de novembro: perdas climáticas, seguro rural e proteção das cidades

Prejuízos climáticos e proteção financeira

Prejuízos com eventos climáticos extremos sobem 67% no primeiro semestre

Folha de S.Paulo

Os prejuízos econômicos provocados por eventos climáticos extremos chegaram a R$ 51,9 bilhões no Brasil no primeiro semestre de 2026, crescimento de aproximadamente 67% em relação ao mesmo período do ano anterior. A reportagem apresenta dados do Radar de Eventos Climáticos e Seguros no Brasil, divulgado pela CNseg durante a COP31, e evidencia os impactos dos desastres sobre diferentes atividades econômicas.

Leia a reportagem na Folha de S.Paulo

Outras coberturas sobre o levantamento: Valor Econômico | Um Só Planeta

Seca responde por 93% das perdas climáticas no Brasil, mas só 0,4% têm seguro

Capital Reset

A reportagem destaca a participação da seca nos prejuízos econômicos associados aos eventos climáticos e a reduzida parcela dessas perdas protegida por seguros. Os dados apresentados pela CNseg evidenciam a vulnerabilidade do setor agropecuário e reforçam a discussão sobre políticas capazes de ampliar a proteção financeira diante dos riscos climáticos.

Leia a reportagem no Capital Reset

COP31 começa com cobrança por investimentos enquanto perdas climáticas chegam a R$ 52 bilhões no Brasil

Sonho Seguro

Na abertura da conferência, lideranças internacionais defenderam a transformação de compromissos climáticos em investimentos e medidas concretas de adaptação. A reportagem relaciona essa discussão aos dados do Radar da CNseg, que mostram a distância entre os prejuízos provocados pelos desastres e a parcela efetivamente coberta por seguros no país.

Leia a reportagem no Sonho Seguro

Seguros para cidades e infraestrutura

Na COP31, seguradoras testam apólices para proteger infraestrutura de quatro capitais brasileiras

Estadão Conteúdo / UOL

Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte e Recife participam de um projeto internacional para desenvolver seguros contra catástrofes climáticas. A iniciativa envolve a CNseg, a rede de governos locais ICLEI e o banco alemão KfW, com propostas de proteção para a infraestrutura municipal e

populações vulneráveis. O projeto busca incorporar os seguros ao planejamento financeiro das cidades diante dos riscos climáticos.

Leia a reportagem no UOL

Outra cobertura: Sonho Seguro — quatro cidades brasileiras desenvolvem seguros contra catástrofes

Seguro rural e proteção ao agronegócio

COP31: agro pede subvenção pública ao seguro rural quatro vezes maior que a atual

Estadão Conteúdo / UOL

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) defende a ampliação dos recursos públicos destinados à subvenção ao seguro rural. A proposta ganha destaque diante dos prejuízos provocados por secas e outros eventos climáticos e da necessidade de fortalecer os mecanismos de proteção da produção agropecuária e da renda dos produtores.

Leia a reportagem no UOL

Financiamento da transição climática

Setor financeiro vai à COP31 sob pressão por avanço em transição verde

Estadão Conteúdo / Band

Bancos e seguradoras brasileiros apresentam na COP31 propostas relacionadas ao financiamento da transição para uma economia de baixo carbono, à gestão de riscos climáticos e à ampliação da proteção securitária. A reportagem destaca a participação da CNseg e o papel do seguro na viabilização de investimentos, especialmente em infraestrutura e no agronegócio.

Leia a reportagem na Band

COP31: setor de seguros apresenta propostas para reduzir riscos

Sou Segura

A reportagem apresenta a agenda do setor segurador brasileiro na conferência, com iniciativas voltadas à proteção de investimentos, à gestão de riscos e ao financiamento da adaptação climática. Entre os assuntos abordados estão as condições necessárias para atrair capital privado a projetos de infraestrutura e transição energética, com participação da CNseg nas discussões internacionais.

Leia a reportagem no Sou Segura

Sustentabilidade e inovação no mercado segurador

CNseg cria critérios para classificar seguros sustentáveis

Revista Apólice

A CNseg desenvolveu a Taxonomia Sustentável do Mercado Segurador (TSS), metodologia voluntária que estabelece critérios para identificar e classificar produtos de seguros, previdência complementar aberta e capitalização conforme sua contribuição para objetivos ambientais, sociais e climáticos. A iniciativa busca ampliar a transparência, orientar o desenvolvimento de produtos e reduzir os riscos de greenwashing.

Leia a reportagem na Revista Apólice

Dados para prevenção e gestão dos riscos climáticos

Susep prepara SRO para identificar perdas climáticas e ampliar monitoramento dos seguros em 2027

Sonho Seguro

O Sistema de Registro de Operações (SRO) deverá passar a identificar com maior precisão os sinistros relacionados a eventos climáticos a partir de março de 2027. A mudança poderá aperfeiçoar as informações sobre prejuízos cobertos por seguros e contribuir para estudos, políticas de prevenção e gestão de riscos.

Leia a reportagem no Sonho Seguro

Experiências internacionais e cooperação

Seguradora Fidelidade revela perdas históricas com tempestade em Portugal na COP31

Sonho Seguro

A experiência de Portugal com a tempestade Kristin, no início de 2026, foi apresentada durante a conferência como exemplo dos desafios enfrentados pelo mercado segurador diante de grandes catástrofes. A reportagem aborda os prejuízos provocados pela sequência de tempestades, a importância do resseguro e as possibilidades de cooperação internacional para aprimorar a proteção contra eventos climáticos extremos.

Leia a reportagem no Sonho Seguro

Mais sobre a COP31

Além da repercussão na imprensa, o Notícias do Seguro reúne reportagens, entrevistas e conteúdos especiais sobre a participação do setor segurador na conferência, incluindo debates sobre financiamento climático, proteção do agronegócio, infraestrutura resiliente e instrumentos de adaptação às mudanças climáticas.

Acesse a cobertura especial Seguros na COP31

CNseg garante duas vagas de conselheiros no CARF

Os assentos permitirão a participação do setor em julgamentos tributários

A Confederação Nacional das Seguradoras conquistou, pela primeira vez na história, duas vagas para conselheiros representantes dos contribuintes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. A decisão foi publicada em **portaria do Ministério da Fazenda Nº 3.273, de 9 de novembro de 2026**, no Diário Oficial da União.

A medida permitirá que os conselheiros indicados pela CNseg atuem nas discussões administrativas de questões tributárias. Os representantes do setor poderão analisar e votar em processos relevantes cujas decisões pacificam entendimentos sobre a legislação fiscal, orientam a conduta de empresas e auditores e evitam a judicialização excessiva de demandas tributárias, conferindo maior previsibilidade econômica tanto para o setor produtivo quanto para o Estado.

As vagas em uma das mais importantes instituições do País atendem a um pleito antigo da CNseg e são um importante avanço para o setor segurador. Na avaliação do presidente da Confederação,

Dyogo Oliveira, "é fundamental fazer parte desse espaço, ainda mais quando estamos implementando a reforma tributária."

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) é um órgão colegiado integrante do Ministério da Fazenda, responsável por julgar, em segunda e última instância administrativa, os recursos referentes a litígios tributários e aduaneiros entre os contribuintes e a Receita Federal do Brasil.

Com estrutura paritária — formada por conselheiros representantes da Fazenda Nacional e dos contribuintes —, o tribunal funciona como uma instância técnica e especializada, garantindo o direito à ampla defesa e ao contraditório antes que a discussão chegue ao Poder Judiciário.

Seguros precisam chegar à população de baixa renda, defende CNseg na COP31

Monique Cardoso destacou a baixa cobertura nas favelas brasileiras e a necessidade de ampliar a proteção da renda e o acesso a seguros diante dos riscos climáticos

Apenas 4% dos 17 milhões de brasileiros que vivem em favelas possuem algum tipo de seguro, apesar da exposição a riscos que podem comprometer a renda e o orçamento familiar. O dado foi apresentado pela superintendente da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), Monique Cardoso, nesta quinta-feira (12), durante a COP31, na Turquia. A executiva defendeu produtos mais simples, flexíveis e acessíveis para ampliar a proteção financeira da população de baixa renda, especialmente diante dos impactos das mudanças climáticas.

Monique participou do painel “Inclusive Climate Resilience: Insurance Solutions for Health, Youth and Society” (Resiliência Climática Inclusiva: Soluções de Seguros para Saúde, Juventude e Sociedade), realizado na Casa do Seguro. O encontro discutiu o papel dos seguros na proteção da saúde, da renda e das condições de vida de populações vulneráveis, considerando riscos como ondas de calor, enchentes e outros eventos climáticos extremos.

Ao apresentar a experiência brasileira, a superintendente destacou que a baixa contratação de seguros nas comunidades não significa ausência de necessidade de proteção. Segundo pesquisa apresentada por ela, 53% dos moradores consultados não conseguem cobrir as despesas básicas da casa com o próprio salário, enquanto 84% têm nas contas imediatas sua principal preocupação financeira.

O levantamento também identificou que 60% dos entrevistados já sofreram roubo de celular e 47% perderam renda em decorrência de doenças ou acidentes pessoais. Para Monique, esses resultados mostram a importância de desenvolver coberturas que considerem tanto os riscos enfrentados pelas famílias quanto sua capacidade de pagamento.

“Precisamos olhar de maneira diferente para os riscos financeiros dos nossos clientes e desenvolver produtos acessíveis, desenhados especificamente para suas necessidades. É assim que aproximamos a população de baixa renda do mercado de seguros”, afirmou.

A proteção de trabalhadores com renda variável, como aqueles que atuam por meio de plataformas digitais, também foi abordada pela representante da CNseg. Nesses casos, doenças e acidentes podem interromper a atividade profissional e comprometer imediatamente o orçamento familiar. A situação ganha relevância diante dos riscos climáticos, que também podem afetar a saúde e a capacidade de trabalho.

Monique defendeu ainda uma comunicação mais simples e próxima da realidade dos consumidores. Segundo ela, o setor precisa conhecer melhor as necessidades das comunidades, adequar coberturas e preços e tornar mais compreensíveis as condições de contratação.

“É necessário ir aos territórios, conversar diretamente com as pessoas e entender do que elas realmente precisam. Precisamos oferecer coberturas adequadas e ajustar os preços”, destacou.

Proteção da saúde e da renda diante dos riscos climáticos

Os impactos das mudanças climáticas sobre a saúde e a atividade profissional também foram discutidos por Bridget Carle, integrante do Comitê Operacional do IDF e vice-presidente sênior de Setor Público Global da Marsh Re. A executiva destacou que ondas de calor, enchentes e incêndios florestais podem provocar doenças, acidentes, afastamentos do trabalho e interrupções de renda.

Segundo Bridget, as transformações nos riscos exigem uma revisão das coberturas oferecidas aos trabalhadores, especialmente nos seguros de vida, acidentes pessoais e benefícios de saúde. Ela defendeu que seguradoras e corretores avaliem diferentes cenários climáticos para identificar possíveis lacunas de proteção e desenvolver soluções adequadas às necessidades dos segurados.

Entre os exemplos apresentados estão os efeitos do calor extremo sobre profissionais que trabalham ao ar livre, os problemas de saúde associados às enchentes e as consequências da exposição à fumaça de incêndios florestais. Para a executiva, a proteção da renda deve fazer parte das estratégias de resposta a esses eventos.

A preparação financeira das novas gerações foi outro tema do painel. Bora Caldu, presidente do Comitê Executivo da Habitat Association, apresentou iniciativas de educação financeira desenvolvidas na Turquia para ajudar jovens a lidar com imprevistos, incluindo desastres climáticos.

Segundo Caldu, pesquisa realizada com mais de 2 mil jovens em 33 províncias turcas mostrou que apenas 45% se sentem esperançosos em relação ao futuro. As dificuldades econômicas e o endividamento estão entre os fatores associados a esse resultado.

O representante da Habitat também apresentou o projeto *Finance for Future*, desenvolvido em parceria com a Allianz Türkiye, que já alcançou mais de 10 mil jovens com atividades de educação financeira, gestão de riscos e desenvolvimento de soluções práticas. A iniciativa busca preparar os participantes para decisões financeiras cotidianas e situações inesperadas que possam afetar sua renda e a de suas famílias.

O painel foi moderado por Taylan Türkölmez, diretor-geral de Vida, Previdência e Bancassurance da Allianz Türkiye, e integrou a programação da Casa do Seguro durante a COP31. As discussões abordaram a necessidade de adaptar os produtos de seguros aos novos riscos climáticos e ampliar o acesso à proteção financeira, especialmente entre famílias de baixa renda, jovens e trabalhadores mais expostos aos efeitos dos eventos extremos.

Fonte: CNseg, em 12.11.2026